



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

# **PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR**

## **N.º 15, DE 2024**

**(Do Sr. Alberto Fraga)**

Acrescenta inciso ao art. 3º da Lei Complementar nº 182, de 1º de junho de 2021, para prever políticas públicas e linhas de créditos especiais à mulher empreendedora, como forma de reduzir a igualdade de gênero no país, e dá outras providências.

**DESPACHO:**

APENSE-SE À(AO) PLP-236/2023.

**APRECIÇÃO:**

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

**PUBLICAÇÃO INICIAL**

Art. 137, caput - RICD



**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º \_\_\_\_\_, DE 2024**

**(Do Senhor Alberto Fraga).**

Acrescenta inciso ao art. 3º da Lei Complementar nº 182, de 1º de junho de 2021, para prever políticas públicas e linhas de créditos especiais à mulher empreendedora, como forma de reduzir a igualdade de gênero no país, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

**Art. 1º** Acrescenta inciso ao art. 3º da Lei Complementar nº 182, de 1º de junho de 2021, para prever políticas públicas e linhas de créditos especiais à mulher empreendedora.

**Art. 2º** O art. 3º da Lei Complementar nº 182, de 1º de junho de 2021, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso:

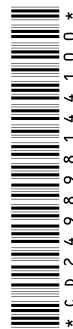
“Art. 3º.....

.....

*IX – .....;*

*X – criação e aprimoramento de políticas públicas de incentivo à mulher empreendedora, incluindo linhas de créditos especiais, como forma de reduzir a desigualdade de gênero no país”.*

**Art. 3º** Esta lei complementar entra em vigor da data de sua publicação.



## JUSTIFICAÇÃO

Este Projeto de Lei Complementar objetiva alterar o Marco Legal das *Startups* e do Empreendedorismo Inovador para incluir entre as diretrizes e os princípios dessa legislação a “criação e aprimoramento de políticas públicas de incentivo à mulher empreendedora, incluindo linhas de créditos especiais, como forma de reduzir a desigualdade de gênero no país”.

Recentemente o jornal Valor discutiu o tema e a advogada Daniele Carneiro, especialista em investimento social privado, apontou que:

“Do ponto de vista pragmático, essa oportunidade e equidade de gênero ao acesso profissional talvez tenham que vir por imposição. E quando falo imposição, falo de políticas públicas e criação de linhas de crédito diferenciadas (...)”<sup>1</sup>.

De fato, a questão da igualdade de gênero ainda necessita ser aprimorada e isso passa por melhoria da legislação. Nessa linha, apresento esta proposição com a pretensão de alcançar maior igualdade entre homens e mulheres, para estabelecer diretriz na referida lei, a qual orientará o Poder Público nas políticas e no financiamento à mulher empreendedora. Assim, por ser medida de justiça para as mulheres que pretendem ser ou são empreendedoras, buscando maior igualdade social entre os gêneros, é que conclamo aos colegas parlamentares o debate, o aperfeiçoamento e a aprovação deste Projeto de Lei.

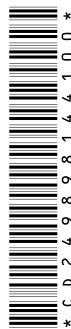
Sala das Sessões, em 11 de março de 2024.



**Deputado Alberto Fraga**

---

<sup>1</sup> <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2024/03/11/empreendedorismo-feminino-requer-criacao-de-politicas-publicas.ghtml>



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI  
Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

<b>LEI COMPLEMENTAR Nº 182, DE 01 DE JUNHO DE 2021</b>	<a href="https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei.complementar:202106-01;182">https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei.complementar:202106-01;182</a>
<b>FIM DO DOCUMENTO</b>	